MARIA ZENILDE OLIVEIRA FARIAS (Ex.2019)	0101105	TCE-CT-6	11/02 a 11/03/2020
MAX NEY DE PARÍOS	0100456	TCE-CTI	07/02 a 21/02/2020
MIGUIDÔNIO INACIO LOIOLA NETO (Ex.2019)	0101042	TCE-CT-6	01 a 05;07,10,21/02/2020
NATHALIA VINAGRE REZENDE (Ex.2019)	0101081	TCE-CT-6	04/02 a 15/02/2020
NELSON MESQUITA DE ARAUJO (Ex.2018)	0100317	TCE-CT-6	10/02 a 24/02/2020
OSMAR ANTONIO BONFIM MARQUES (Ex.2019)	0100134	TCE-ATI-403	03/02 a 17/02/2020
RAFAEL KLEBER MOREIRA SAAVEDRA DE SOUZA	0101135	TCE-CT-6	03/02 a 17/02/2020
RAIMUNDA DE SOUSA COSTA (Ex.2019)	0100570	TCE-NS-03	03/02 a 03/03/2020
RAIMUNDA HELENA SARMENTO BEZERRA	0101561	TCE-NS-03	06/02 a 20/02/2020
ROSINEIDE RODRIGUES COSTA	0101301	TCE-NS-01	06/02 a 06/03/2020
SONIA MARIA SEGTOWICH DE MACEDO GALVAO (Ex.2019)	0100196	TCE-ATI-405	17/02 a 21/02/2020
THYAGO SOUZA DE ANDRADE (Ex.2018)	0101087	TCE-CT-6	18/02/2020
VICENTE ANCHIETA JUNIOR (Ex.2019)	0101513	TCE-CT-6	21/02 a 06/03/2020
WALTULIO MAUÉS DA GAMA	0101421	TCE-GM-0	03/02 a 03/03/2020

Protocolo: 589531

OUTRAS MATÉRIAS**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DOS APROVADOS Nº 016 CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016 – PROVIMENTO DO QUADRO DE PESSOAL DO TCE/PA.**

O Exmº Sr. Conselheiro ODILON INÁCIO TEIXEIRA, Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, e em cumprimento ao disposto no artigo 8º, IV da Lei Complementar Federal nº 173/2020, CONVOCA os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Concurso Público acima referido, para se apresentar no período de 20 a 24/10/2020, no horário de 09:00 às 12:00 h, na Secretaria de Gestão de Pessoas (Tv. Quintino Bocaiúva, nº 1585. Bairro: Nazaré. Belém - PA. CEP: 66035-903), com a finalidade de habilitação para nomeação e posse: CARGO 23: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO – ÁREA: FISCALIZAÇÃO – ESPECIALIDADE: CONTABILIDADE - VAGA PNE

Classificação	Nome
2º- PNE	SUELLEN MARIANA MELO DA SILVA

CARGO 24: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO – ÁREA: FISCALIZAÇÃO – ESPECIALIDADE: DIREITO

Classificação	Nome
31º	JULLY CLEIA FERREIRA OLIVEIRA
32º	LAIS NOBREGA AIRES CAMPELO

CARGO 40: AUXILIAR TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO – ÁREA: INFORMÁTICA

Classificação	Nome
3º	JEFFESON YASUHIKO ITO

- No ato do comparecimento será disponibilizada relação de documentos a serem apresentados até o dia anterior à data da posse.
 - O candidato deverá apresentar perante a Junta Médica Oficial os seguintes exames e Laudos:
 - Hemograma completo
 - Glicemia em jejum;
 - Eletrocardiograma em repouso, com Laudo Médico;
 - Laudo Médico de Avaliação Oftalmológica;
 - Laudo Médico de Avaliação Psiquiátrica;
- Também serão solicitados original e cópia do RG, CPF, foto 3x4 e ofício de encaminhamento do TCE/PA.
- A data de comparecimento perante a Junta Médica Oficial será informada pela Secretaria de Gestão de Pessoas no período de que trata o item 01.

Protocolo: 589762

Gabinete da Presidência**PORTARIA Nº 36.301, DE 08 DE OUTUBRO DE 2020 REPUBLICADA POR RETIFICAÇÃO**

Dispõe sobre o cumprimento de diretrizes para assegurar a proteção de dados pessoais na rotina administrativa e finalística do Tribunal que possa afetar a privacidade de seu titular, conforme o disposto na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). O Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

CONSIDERANDO o advento da vigência da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), que aponta que as atividades administrativas e de controle externo realizadas por este Tribunal deverão respeitar os preceitos e regras de proteção de dados pessoais de pessoa natural ou de pessoa jurídica de direito público ou privado;

CONSIDERANDO a necessidade de instituir diretrizes e ações para o aperfeiçoamento da proteção de dados pessoais e da privacidade no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em cumprimento ao disposto na LGPD;

CONSIDERANDO que, com a conversão da Medida Provisória nº 959/2020 na Lei nº 14.058/2020, a prorrogação do início da vigência da Lei nº 13.709/2018 para 3 de maio de 2021 não se concretizou, prevalecendo a alteração inicial promovida pela Lei nº 13.853, de 8 de julho de 2019, que definiu para 15 de agosto de 2020 o início da vigência da LGPD;

CONSIDERANDO a Nota Técnica Nº 01/2019 do Instituto Rui Barbosa (IRB) a respeito da aplicação da Lei nº 13.709/2018 – LGPD – e seus desdobramentos, no âmbito dos Tribunais de Contas;

CONSIDERANDO a crescente utilização da Internet e de modelos computacionais estruturados para acesso de dados disponibilizados pelo

Tribunal de Contas do Estado (TCE- PA);

RESOLVE:

Art. 1º As atividades administrativas e finalísticas que envolvam coleta, armazenamento, utilização e divulgação de dados pessoais exercidas no âmbito deste Tribunal, inclusive em relação a quaisquer processos que tramitam em razão dessas atividades, deverão obedecer aos parâmetros da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

Art. 2º É vedado aos agentes públicos deste Tribunal, no uso de suas atribuições, a divulgação desnecessária e sem finalidade específica de informações pessoais em expedientes, estudos técnicos, pareceres, manifestações, publicações do Diário Oficial do Estado (DOE), tais como endereço residencial, número de telefone residencial ou de celular, inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), Registro Geral (RG) da Carteira de Identidade (CI), inscrição do Título de Eleitor, Número de Identificação Social (NIS), número de inscrição no Programa de Integração Social (PIS) ou no Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) ou qualquer outra informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável.

Art. 3º O tratamento de dados pessoais realizado por este Tribunal deverá ser realizado para o atendimento de sua finalidade pública, na persecução do interesse público, com o objetivo de executar as competências legais ou cumprir as atribuições legais do serviço público no exercício de suas competências, nos termos do artigo 23 da LGPD.

§1º O tratamento de dados pessoais deverá respeitar a finalidade para a qual a informação foi fornecida ou coletada pelo Tribunal, salvo disposição legal em contrário.

§2º O uso de dados pessoais em qualquer publicação realizada em meios eletrônico ou físico deste Tribunal restringir-se-á ao estritamente necessário, considerando a finalidade e o interesse público da publicação, bem como a legislação específica que cuida do tema.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRASE

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ, Belém, 08 de outubro de 2020.

CONSELHEIRO ODILON INÁCIO TEIXEIRA
Presidente

Protocolo 589923

MINISTÉRIO PÚBLICO**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ****FÉRIAS****Portaria nº 236/2020/MPC/PA**

O Procurador-Geral de Contas, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO o requerimento de férias do servidor Caio Anderson da Silva Dantas, datado de 08/10/2020 (Protocolo PAE nº 2020/801951), e os termos da Resolução nº 010/2020 – MPC/PA – Colégio, de 21/08/2020; RESOLVE:

Conceder ao servidor CAIO ANDERSON DA SILVA DANTAS, ocupante do cargo em comissão de Assessor de Procuradoria, matrícula nº 200221, Férias relativas ao período aquisitivo 01/07/2019 a 30/06/2020, sendo 05 (cinco) dias para o período de 16 a 20/11/2020 e 05 (cinco) dias para 11/01 a 15/01/2021.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Belém/PA, 09 de outubro de 2020.

GUILHERME DA COSTA SPERRY

Procurador-Geral de Contas

Protocolo: 589734

ALTERAÇÃO DE FÉRIAS**Portaria nº 237/2020/MPC/PA**

O Procurador-Geral de Contas, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO que 05 (cinco) dias das férias da servidora efetiva Lorena Cavalcante Couto Felipe, relativas ao período aquisitivo 2018/2019, foram-lhe concedidos para o período de 13 a 17/10/2020, conforme Portaria nº 233/2020/MPC/PA, de 06/10/2020;

CONSIDERANDO, contudo, a superveniente e imperiosa necessidade do serviço, conforme Memorando nº 53/2020-DGP/MPC/PA, de 08/10/2020 (Protocolo PAE nº 2020/810167);

CONSIDERANDO o § 2º, art. 74 da Lei Estadual nº 5.810/94, bem como o art. 7º, VI, da Resolução MPC/PA nº 06, de 12/07/2016, do Colégio de Procuradores;

RESOLVE:

Suspender o gozo de férias da servidora LORENA CAVALCANTE COUTO FELIPE, ocupante do cargo efetivo de Assessor Técnico, matrícula nº 200036, referente ao período aquisitivo 21/10/2018 a 20/10/2019, concedido para